



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade

Sub-Eixo: Ênfase em Raça e Etnia

POVO PANKARARU: INDÍGENAS SERTANEJOS, A PRODUÇÃO FAMILIAR E AS FEIRAS NO NORDESTE

Elizângela Cardoso de Araújo Silva¹

Resumo: Este texto é um recorte da pesquisa: "*Depois que saí da aldeia - famílias indígenas Pankararu e os impactos sociais da construção da hidrelétrica de Itaparica*". O objetivo é apresentar as configurações da produção familiar da vida indígena na região sertaneja de PE. A metodologia utilizada envolve a sistematização da própria memória familiar e pessoal da vida no território indígena.

Palavras-chave: Famílias. Indígenas. Sertaneja. Pankararu.

Abstract: His text is a cut of the research: "After I left the village - Pankararu indigenous families and the social impacts of the construction of the Itaparica hydroelectric plant." The objective is to present the configurations of the native production of the indigenous life in the sertaneja region of PE. The methodology used involves the systematization of the personal and personal memory of life in the indigenous territory.

Keywords: Families. Indigenous people. Countrywoman. Pankararu.

1 APRESENTAÇÃO

A realidade do povo Pankararu nos últimos 30 anos passa por amplas mudanças no modo de vida e de trabalho de indígenas que vivem nas aldeias e nas cidades de Jatobá, Tacaratu e Petrolândia, sertão de Pernambuco. O principal acontecimento impulsionador dessas transformações foi a remoção compulsória do município de Petrolândia/PE de mais de 20 mil ribeirinhas do rio São Francisco (indígenas e não indígenas) por conta da construção da Barragem e da Usina Hidrelétrica de Itaparica (1988). Esses acontecimentos impulsionaram novos processos de deslocamento e reagrupamento do povo Pankararu/PE no sertão de Pernambuco.

Os processos históricos de deslocamento e reagrupamento do povo Pankararu/PE são marcados pela peculiaridade dos conflitos e interferências da ação colonizadora das formas de povoamento indígena no sertão. Ocorreram movimentos de ocupação determinados pelas condições climáticas próprias da região do semiárido, que

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: elicardosoaraujo17@gmail.com.

levaram os povos indígenas à ocupação da região ribeirinha do rio São Francisco pela necessidade do acesso à água.

Os indígenas participantes desta pesquisa vivem no sertão de Pernambuco, na divisa dos estados de Alagoas e Bahia. Uma região que faz parte do Semiárido Brasileiro. O principal objetivo desse trabalho é descrever como as famílias indígenas moradoras da terra indígena desenvolvem ações produtivas a partir da prática da agricultura familiar, principal fonte de renda das famílias sertanejas da região. Bem como, descreve a dinâmica de relações dinamizadas pelas feiras livres da região como principal espaço de comercialização de produtos e alimentos oriundos da prática agrícola da região.

2 A FEIRA

Entre as principais formas de geração de rendas entre as famílias sertanejas, está a realização semanal das feiras livres. As famílias feirantes do Território Indígena Pankararu são também os agricultores que cultivam a maior parte do que comercializam nas feiras: feijão verde; ovos de galinha; a própria galinha; carnes de bode e carneiros (às vezes, levam os animais vivos); farinha; goma de tapioca; castanha de caju; macaxeira; batata; abóbora; jerimum; coentro; temperos como cominho, colorau (preparados pelas mulheres das famílias); diversos tipos de plantas que servem como ervas para tratar doenças, fazer chá, temperar comidas; frutas da época (manga, goiaba, caju, murici, umbu). A venda desses produtos, mesmo que em pequenas quantidades (a maior parte dos casos), são essenciais para garantir a compra de outros produtos para a família, como óleo, tecidos, roupas, sapatos e ferramentas de trabalho. Em época de chuva, a produção é muito boa e é possível vender esses produtos em muitas feiras, os preços caem, mas vendem mais. Muitas gerações foram alimentadas com essa prática.

A feira da aldeia Mãe, Brejo dos Padres, acontece todos os domingos em frente à igreja do Território Indígena Pankararu. Os/as feirantes são moradores locais e de outros territórios da mesma terra indígena.

FIGURA1: Moradoras do Território Pankararu na feira, Bárbara (Brejo) e Vanda (Bem Querer de Cima)



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. Foto da feira livre do Brejo dos Padres, Terra Indígena Pankararu, janeiro de 2016.

Mas na época de estiagem, os feirantes costumam comprar verduras e frutas cultivadas por outros agricultores que vivem nas margens do rio São Francisco, como cebola, tomate, pimentão. Na escassez de certos produtos, modificam o estilo de venda. Assim, alguns produtos são cultivados o ano todo, por ser possível produzir pequenas quantidades em situações mais difíceis, não necessitando de muita água: ovos de galinha, ervas, temperos, folhas verdes, bode, galinha caipira.

Muitos produtos tradicionalmente estão nas feiras em toda época do ano com baixo custo porque são produzidos por agricultores locais e vendidos por eles mesmos, ou pelos familiares: filhos, marido, esposa, genros. O caso dos peixes tilápia e corvina tem um diferencial. Antes da construção das barragens como Sobradinho e Itaparica, o Rio São Francisco oferecia muitos peixes na região. Mas depois das hidrelétricas, muitos peixes sumiram: pirá, surubim, cari. O surubim era um peixe muito grande e de uma carne muito suculenta e pouca espinha. Nos últimos tempos, diante da escassez, extinção de peixes, foram criadas cooperativas com pescadores que passam a cultivar especialmente a tilápia, em cativeiro, um dos mais vendidos nas feiras livres locais.

FIGURA 2: Barraca de Tilápia

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. Foto da feira livre do Brejo dos Padres, Terra Indígena Pankararu, janeiro de 2016.

A economia local é baseada na troca de produtos locais, próprios da agricultura familiar, comuns de uma produção volta à subsistência. Uma família que produz e consegue garantir alimentos o ano todo para seus componentes é considerada uma família que vive bem. Vender e conseguir comprar o essencial para a boa alimentação nas feiras livres significa sinal de bom tempo, de fartura, de continuidade da vida no território.

3 O SERTANEJO NO SEMIÁRIDO

O Semiárido tradicionalmente aparecia na cena pública como região de pobreza, de atraso e sofrimento das populações que vivem na região. A aridez do clima, a escassez hídrica e a pobreza do solo são as principais características. Essa região sofre com longos períodos de estiagem, de 7 a 8 meses secos (o caso dos sertões do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia). O caso dos sertões da Paraíba, parte do Rio Grande do Norte, nos sertões da Bahia e Pernambuco pode se prolongar até 10 meses secos (SANTOS; PERES-MARIN, 2013).

A pesquisa realizada por Silva (2008) caracteriza bem as condições de vida da população do semiárido brasileiro. Um grupo populacional que correspondia a 11% de toda população brasileira no final da primeira década do século XX. Uma região com economia predominantemente voltada para a agropecuária e subsistência, mas com expansão da área urbana por uma população que tende a sair situação de abandono das

áreas rurais crescem as cidades marcadas pela predominância de população periférica, com pouca estrutura de serviços básicos e precárias condições de vida.

Considerando que “a hidrografia [da região do semiárido] é totalmente dependente do ritmo climático. As secas são caracterizadas tanto pela ausência e escassez quanto pela alta variabilidade espacial e temporal de chuvas” (SILVA, 2008, p. 19). Além disso, bem lembra Silva (2008): a qualidade da água disponível nos poços, a água salobra, tende a ser inapropriada para o consumo humano e animal e para irrigação de lavouras devido à alta concentração de sais minerais.

A escassez de água como principal problema enfrentado pelos sertanejos historicamente, instrumentalizou a prática de dominação política e cultural na região. No campo das relações do poder local, o controle dos carros pipas, a perfuração de poços, a construção de chafariz, o controle do acesso às águas de barreiros até a construção de grandes projetos de desenvolvimento e formulação de projetos de combate à seca favoreceram interesses de oligarquias sertanejas, como destaca Silva (2008).

O sertanejo é visto como um ser impregnado de cultura e práticas produtivas próprias da vida nos sertões.

A palavra Sertão teve origem durante a colonização do Brasil pelos portugueses, que ao perceberem a diferença climática entre este e o litoral Nordestino, chamaram o novo espaço de “desertão”. Logo, a palavra foi entendida como “de sertão”, ficando, por fim, apenas Sertão. Essa região faz limite com a Caatinga e o Seridó, não tendo contato com o Agreste ou com a mata (SANTOS; PERES-MARIN, 2013, p. 38).

A história de organização da produção econômica na região do semiárido a partir da colonização do país e estruturação da produção baseada na produção escravista denominava diferentes relações e especificidades como próprias do Semiárido Brasileiro (SAB) como “Sertão”, como uma palavra comum para designar lugares muito secos.

Essa condição climática e social associada ao movimento imposto pelos aldeamentos forçados e escravização da força de trabalho indígena configurou como principal motivo dos deslocamentos na região. Os que resistiram e sobreviveram à escravidão, à fome e às guerras, resistiam como nômades, migrando com suas famílias para as margens dos rios, onde conseguiram plantar e comer.

Ribeiro faz uma observação sobre uma estratégia de resistência dos índios dos sertões: a passagem de geração para geração, as crenças e práticas religiosas, o perfil hostil, estranhamento e preservação de laços exclusivos baseados nos vínculos de parentesco os fizeram tirar da hostilidade a força de permanecer “índios”. Conclui da seguinte forma: “pelo menos tão índios quanto seja compatível com a sua vida diárias de

vaqueiros e lavradores de terra, engajados na economia regional” (RIBEIRO, 1970, P. 57).

4 A ÁGUA DO RIO

O Rio São Francisco representa um espaço de disputa e conflitos. Muito antes da construção da Barragem e da Hidrelétrica, índios Pankararu já ocupavam as margens do rio, pontos onde havia cachoeiras na região próxima a cidade de Paulo Afonso e da velha Petrolândia.

A Senhora Faustina, também conhecida por “Nega”, indígena Pankararu, avó da autora desta tese e nascida em 1932, relata que o principal ponto que abrigava as famílias Pankararu na Velha Petrolândia era ao lado de uma cachoeira do São Francisco.

Uma citação de Darcy Ribeiro (1970) sobre a movimentação de indígenas no Nordeste é bem representativa do que acontecia naquela ocasião:

À medida que eram escoraçados das suas terras, os índios se juntavam aos bandos que perambulavam pelas fazendas, à procura de um lugar onde pudessem se fixar. No começo do século [XX], vários desses magotes de índios desajustados eram vistos nas margens do São Francisco. Alimentando-se de peixes ou do produto de minúsculas roças plantadas nas ilhas inundáveis – únicas cuja posse não lhes era disputada – e trabalhavam como remeiros e como peões das fazendas vizinhas (RIBEIRO, 1970).

Entre os diferentes grupos indígenas citados por Ribeiro: Xukurú, Xocó, Tuxá, Wakoná, Pankarái e Fulniô, estão os Pankararu.

De fato, a rede de parentesco Pankararu que tem como origem materna Antônia Sabina e Maria Faustina, relatam amplamente essas condições. Especialmente, o uso do plantio de hortaliças nas ilhas do São Francisco, na Velha Petrolândia. A própria autora desse texto viveu a experiência de atravessar o rio nos ombros do pai para coletar feijão, tomates e cebola. As famílias Pankararu do grupo pesquisado usufruíam dos pássaros que pousavam nas ilhas, e tratavam os peixes pescados com redes naquele território.

Os deslocamento e reagrupamento das famílias indígenas Pankararu participantes dessa pesquisa ocorre em meados dos anos de 1970/1980, por motivações especificamente voltadas à busca por melhores condições de vida e de trabalho. O movimento de saída das aleias ocorre no período de longa estiagem e impossibilidade de produzir alimentos, usar a terra diante da extrema escassez de água.

As famílias entrevistadas residiam em sua maior parte na serra chamada “Saco do Romão”, próxima de onde hoje, é a Serra do Cruzeiro entre o Brejo dos Padres e a

ladeira de subida para a “Folha Branca”, saída da Terra Indígena para entrada na cidade de Tacaratu (PE). Outra parte, já havia saído da aldeia Brejo dos Padres para morar na aldeia Bem Querer de Cima e de lá, para a beira rio de Petrolândia.

Bem querer de Cima é umas das 15 aldeias da Terra Indígena Pankararu, demarcada e homologada em 1987. As principais formas de trabalho dos Pankararu no território envolvem cuidados com animais domésticos, como cabras, bodes, ovelhas, galinhas, e cultivo de plantas que servem para alimento das famílias: principalmente milho, feijão, mandioca (que é base da farinha, da goma de tapioca, beju). Como é uma região de vale, muito cheia de pedras, as famílias costumam produzir e criar animais na terra das serras, onde encontram pequenos trechos de terra boa.

Até os anos 2000, ainda não existiam encanamentos, sistemas de distribuição e tratamento de água nas aldeias (situação ainda vigente até os dias atuais em algumas aldeias, onde famílias indígenas ainda dependem de “carro-pipa” para ter acesso à água do rio)².

Na aldeia existem poços de água salobra imprópria para beber e cuidar de alimentos. Os períodos de chuva, quando os barreiros e os riachos ficam cheios é o período que as famílias têm acesso à água em maior quantidade. São períodos de fartura para as famílias indígenas, para cultivo de frutas e criação de animais.

Durante muito tempo, até os anos 2000, os indígenas dessa aldeia dependeram de carros pipas que traziam água doce direto do rio, sem tratamento. Atividades como lavar roupa eram realizadas nas grandes fontes da aldeia mãe, Brejo dos Padres, onde a oferta de água doce sempre foi melhor. O controle da água em atividades como banho, cozinha, lavar pratos era essencial para sobrevivência.

A partir do avanço da organização e luta do povo Pankararu, de críticas e enfrentamentos propositivos realizados pelo movimento indígena na região ao sistema precário e incapaz de garantir condições mínimas de saúde vigente até os anos 2000, ocorreram mudanças significativas na oferta de água para a comunidade. Destacamos como principal mudança, a transferência da responsabilidade de execução do sistema de abastecimento da prefeitura do município de Jatobá para a Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI.

A água passou a ser ofertada direto do rio São Francisco para caixas d’água nas aldeias Pankararu a partir daquele momento, passando a atender de mais de 2600 indígenas nas aldeias Pankararu com água doce e tratada. Na aldeia Bem Querer de Cima a água estava em melhores condições, tratada e redistribuída para os domicílios.

²A ampliação de construção de cisternas nos últimos 20 anos e abastecimento por encanamento da água nos últimos 10 anos amenizou essa situação.

Porém, de 2017 até 2018, ocorreram muitas mudanças, retrocessos para o território. Entre os diversos impactos negativos para a vida dos indígenas Pankararu do território, muitas ameaças e ataques violentos ocorreram nos canos de abastecimento de água que atendiam a Terra Indígena. Foram graves e constantes ataques realizados por posseiros que estavam em situação de conflito com o povo Pankararu no processo de retirada (desintrusão) dos não indígenas da Terra.

Inconformados com a situação de desprezo dos órgãos públicos, diante das dificuldades de organização e comunicação políticas entre os próprios não indígenas, e da oferta de baixos valores de indenização propostos para os não indígenas saírem das aldeias, propagou-se muito ódio contra indígenas. Por essas questões, repetiram práticas antigas de violência contra o povo Pankararu que foram quebra dos canos e até mesmo tiros nos canos que levavam águas para as aldeias. Além das denúncias de ameaças de envenenamento da água, de poços, ataques a lideranças Pankararu que fossem consertar os encanamentos quebrados. Essa situação prejudicou e retrocedeu radicalmente o acesso à água nas aldeias. Voltando a apelar pelos carros pipas.

Na aldeia Bem Querer de Cima vivem 73 famílias indígenas Pankararu, uma média de 232 indígenas³. Está localizada entre Bem Querer de Baixo e Saco dos Barros, seguindo para a aldeia mãe que é Brejo dos Padres.

Uma parte dos indígenas que passaram a residir na margem do São Francisco na década de 1980, já havia se deslocado da aldeia mãe para o Bem querer de Cima. Em razão dos casamentos, construíram casas em território mais afastado da aldeia mãe durante o século XIX. Assim, foram se multiplicando no território Bem Querer de Cima, onde havia um grande terreiro dos rituais com os Praiás (representação física dos Encantados) onde se dança o Toré, cujos zeladores eram o velho Mariano Pankararu e família. Mariano era o pai de Nenê Pankararu que casou com um não índio (Paisinho) e deu a luz à Genésio, esposo de Antônia Sabina.

³ Dados do serviço de saúde local.

Antônia Sabina é filha de Ernesto e Sabina. Cresceu na aldeia mãe, Brejo dos Padres e se mudou para o Território Bem Querer por volta da década de 1940, quando casou com Genésio.

Genésio e Antônia tiveram 11 filhos. Três morreram cedo com o “mal dos sete dias”, termo utilizado para os casos em que as crianças morriam antes de completar 7 dias de vida. Muitas vezes, mortes decorrentes de adoecimentos ou desnutrição, considerando a condição de pobreza da

época e nenhum acesso a serviços de saúde. Os outros 8 ainda estão vivos, maior parte, (5) vivendo com filhos e netos no Território indígena.

As famílias que moram no Território Pankararu Bem Querer de Cima vivem de pequenas criações de animais para o consumo próprio, com pequenas plantações voltadas à subsistência. Alguns casos de famílias vivem com o apoio de uma aposentadoria, benefício de transferência de renda na família.

Outro apoio importante para a melhoria das condições de vida dos indígenas no território é a renda dos filhos mais jovens que saem todos os dias da aldeia para trabalhar como pedreiros, serventes, pintores, trabalhadores do comércio local atendentes de lojas, domésticas em residências familiares na área urbana e outros serviços temporários nas cidades vizinhas: Tacaratu (PE), Jatobá (PE), Petrolândia (PE), Paulo Afonso (BA). Alguns mais jovens, por adquirir formação técnica ou no ensino superior nos últimos 10 anos, trabalham nas próprias aldeias como professores, agentes de saúde, de saneamento, técnicos em enfermagem, ou serviços gerais nas escolas e postos de saúde construídos na Terra Indígena e sob a gestão das políticas diferenciadas para os povos indígenas no Brasil: Política Especial Saúde Indígena, Educação Diferenciada Indígena.

FIGURA 3: Antônia Sabina, indígena Pankarau nascida em 1930, Brejo dos Padres, TI Pankararu.



Fonte:Arquivo pessoal da pesquisadora. Foto de Antônia Sabina na sua casa, Serra do Bem Querer de Cima, Terra Indígena Pankararu, março de 2018.

A ampliação desses dois principais serviços promovem melhorias, impactos significativos na vida das famílias. Há pouco tempo, grande parte das mulheres das aldeias saíam todos os dias à pé ou de bicicleta, andando cerca de 12 quilômetros para trabalhar como domésticas nas casas de técnicos da usina de Itaparica no (hoje bairro do município de Jatobá) chamado “Acampamento de Itaparica Chesf”. Essa realidade definiu muita discriminação vivida por essas mulheres e seus filhos, tratados de forma bastante subalterna, sofriam constante humilhações sempre que precisava interagir com filhos dos moradores do Acampamento Itaparica. Como era o caso da vida na escola da cidade, chamados de bicho do mato, macacos, entre outros termos medonhos.

A própria oferta de serviços, como o caso das escolas de ensino básico, fundamental e médio, foi uma reivindicação do movimento Indígena diante da grave discriminação e violência que os Pankararu viviam fora da aldeia, que envolviam desde ofensas verbais a ataques violentos no caminho que as crianças e jovens Pankararu utilizavam para ir para as escolas. No percurso eram atacados por brasas de fogo, fezes humanas, paus e óleo de carro queimado, em períodos de grandes tensões dos conflitos com os não indígenas que residiam na Terra Indígena. A luta pela oferta de ensino escolar nas aldeias tinha vários objetivos: um ensino diferenciado de respeito à cultura e identidade Pankararu; a possibilidade da oferta de um ensino específico por profissionais indígenas, considerando que ampliava o número de professores indígenas formados em diversas áreas do ensino superior e garantia do respeito e da integridade das crianças e adolescentes Pankararu.

FIGURA 4: CURSO DE EXTENSÃO SOBRE FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BARSIL E DO



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. Foto da escola Estadual Ramiro Dantas, alunos/as do curso de extensão da UFPE ministrado pela pesquisadora e outros professores para indígenas e professoras indígenas do Bem Querer de Cima, maio de 2019.

A vida no Território bem Querer de Cima mudou muito nos últimos 20 anos. Especialmente com a ampliação de políticas públicas, oferta de ensino escolar para as crianças na aldeia, incentivos para acesso de jovens no ensino superior (graduação e pós-graduação), retorno de indígenas para trabalhar no território.

Os desafios de convivência com as condições climáticas, manuseio do solo ainda são comuns. As famílias ainda lidam com muitas limitações de acesso à água, são longos os períodos de estiagem que impossibilita de plantar e de colher frutas próprias da região.

Os homens e as mulheres trabalhavam como empregados nas terras de hortifrutigranjeiros, faziam pequenos bicos, trabalhavam como serventes, pedreiros, pintores. As mulheres, ainda crianças de 8, 9 anos já trabalhavam em casas de família como babás, domésticas e cozinheiras na casa de funcionários públicos e comerciantes na cidade. A saída da aldeia era temporária.

Em tempos de chuva, as famílias voltavam e permaneciam certo tempo (enquanto podiam trabalhar) nas aldeias de origem. No período de seca, retornavam para a margem do rio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o início da construção da barragem, a presença de Pankararu na cidade de Petrolândia aumentou. Muitos familiares vinham das aldeias para ficar na casa dos parentes e trabalhar na cidade. Alguns já se estabeleciam, outros ficavam temporariamente. Homens deixavam suas famílias nas aldeias e voltavam nos finais de semana.

As condições precárias de vida na aldeia, a impossibilidade de plantio, de uso da terra seca, com baixo ou nenhum recurso técnico de manuseio hídrico e manuseio do solo, fez dessas famílias indígenas, a se locomoverem para as cidades, tornarem-se trabalhadores assalariados, modificar o modo de vida. O rio permitia o complemento alimentar com a oferta de peixes e água para a pequena produção, no entanto, prevaleciam naquele período (1980-1990), os vínculos precários assalariados entre adultos e crianças das famílias. Constatou-se que as condições de desigualdades históricas que marcam a vida no campo, nos sertões do Brasil são as principais características da vida indígena sertaneja.

As políticas públicas, como: educação, saúde, moradia promoveram mudanças significativas, porém, a escassez de água e o não investimento para superação dos problemas hídricos na região mais distantes do rio, associados ao uso mais recente de

aplicação de baixa tecnologia ainda são os principais problemas enfrentados pelos sertanejos.

Este texto é um pequeno recorte da pesquisa de doutorado intitulada: “Depois que saí da aldeia: famílias indígenas Pankararu e os impactos sociais da construção da hidrelétrica de Itaparica”. Projeto de pesquisa aprovado pelo CEP da UFPE março d 2019 e pela CONEP, Maio de 2019.

6 REFERÊNCIAS

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: transições pragmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SANTOS, Ana Paula dos; PERES-MARIN, Martin (Coord.). **O Semiárido Brasileiro: riquezas, diversidade e saberes**. Campina Grande: INSA/MCTI, 2013.